



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2024

Requer informações à Senhora Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre as condições de integração das representações das carreiras que compõem a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE) do Poder Executivo Federal à Mesa Nacional Permanente de Negociação (MNPN).

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre as condições de integração das representações das carreiras que compõem a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE) do Poder Executivo Federal à Mesa Nacional Permanente de Negociação (MNPN). Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo ao fornecimento de eventuais informações adicionais que tenham pertinência para a demanda colocada.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre as condições de integração das representações das carreiras que compõem a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE) do Poder Executivo Federal à Mesa Nacional Permanente de Negociação (MNPN). Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo ao fornecimento de eventuais informações adicionais que tenham pertinência para a demanda colocada.

Nesses termos, requisita-se:

1. Os cargos de economista, estatístico, engenheiro, arquiteto e geólogo, constantes no artigo 19 da Lei nº 12.277/2010; os cargos de economista, engenheiro, geólogo, arquiteto e estatístico do Plano de Cargos Especial do DNIT; o cargo de analista de infraestrutura em transportes do DNIT e; os cargos de analista e especialista em infraestrutura do MGI possuem um conjunto de atribuições semelhantes. Nesta lógica, dentro das diretrizes gerais de carreiras na APF, defendida pelo MGI, uma mesa setorial específica para criação de um ciclo de infraestrutura e desenvolvimento possibilitaria a simplificação de todas as negociações em bloco único. Portanto, por quais razões a negociação em bloco não foi efetivada? Há perspectiva de integração das representações das referidas classes na Mesa Nacional Permanente de Negociação para apresentação conjunta de sua pauta reivindicatória?
2. Considerando que as entidades representantes das carreiras e cargos supracitados já apresentaram suas demandas ao MGI, por qual razão o referido ministério, dada a similaridade clara das atribuições e das demandas colocadas pelas referidas entidades, ainda não convocou as representações para trabalharem dentro de uma proposta do Ciclo de Infraestrutura e Desenvolvimento com atuação transversal em toda a APF?
3. Considerando a semelhança nas atribuições das carreiras e cargos e das demandas das entidades supracitadas, qual a disposição do MGI em trabalhar de forma unificada essas agendas? Quais são as condições necessárias para formulação de uma Mesa de Negociação Setorial que possa contemplar o diálogo com as carreiras que compõem a área de infraestrutura nacional?

JUSTIFICAÇÃO

Em 2023 o Poder Executivo realizou a reabertura da Mesa Nacional Permanente de Negociação (MNPN), reconstituindo assim um importante espaço de diálogo do Governo Federal com entidades e sindicatos de representação de classe nas últimas décadas.

Sob a premissa de amparo a diferentes correntes de representação sindical e de democratização da pauta reivindicatória destes setores de classe do funcionalismo público, a MNPN definiu a composição de espaços de negociação específicos, reflexivos aos diferentes eixos de atuação destas entidades, a fim de melhor direcionar o diálogo interinstitucional e reivindicatório.

Contudo, as carreiras que compõem a chamada Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE) do Poder Executivo Federal, que prestam importantes serviços ao desenvolvimento nacional na área de infraestrutura, restaram subrepresentadas na atual formatação da MNPN.

Dada a centralidade temática sobre infraestrutura nacional, a abrangência das carreiras que compõem este eixo temático e a necessidade premente da MNPN em aportar de modo racional e objetivo a máxima representatividade de classes na participação do diálogo junto ao Governo, o presente requerimento busca angariar informações mais objetivas sobre as condições básicas para estruturação ou criação de uma Mesa de Negociação Setorial voltada para a deliberação de pauta reivindicatórias de carreiras ligadas à infraestrutura, ou ainda, a possibilidade de integração de carreiras distintas que comungam de competências de atuação similares nesta esfera temática.

Mais especificamente, as carreiras que compõem a ERCE estão presentes em todos os Ministérios do Poder Executivo federal, uma vez que se traduzem, por exemplo, enquanto Arquitetos, Economistas, Engenheiros, Estatísticos e Geólogos, o que denota inclusive uma ampla abrangência em importantes autarquias voltadas ao desenvolvimento nacional, tais como o DNOCS,

a SUDENE, a SUDECO e a SUFRAMA. Além das carreiras constantes na ERCE, hoje representadas pelo SINAEG (Sindicato Nacional dos Servidores dos Cargos Específicos do Poder Executivo Federal), há também aquelas integrantes do DNIT, sob representação da AEDENIT (Associação Nacional dos Engenheiros e Analistas em Infraestrutura de Transportes do DNIT) e os Analistas e Especialistas em Infraestrutura, sob representação da ANEINFRA (Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura).

Nessas condições, a composição de uma mesa de negociação específica voltada para a área de infraestrutura permitirá não apenas a abertura de diálogo com um setor tão importante para o desenvolvimento nacional, como também, de modo bastante objetivo, possibilitará a integração da pauta reivindicatória de carreiras pertinentes a esta esfera temática, garantindo assim que o diálogo do Governo Federal com estas representações não se dê de maneira esparsa.

A demanda constante neste requerimento, portanto, se direciona, de maneira geral, à coleta de informações pertinentes à possibilidade de composição de uma mesa de negociação específica para o setor e a possibilidade de integração das representações de classe voltadas para a área de infraestrutura na mesa de negociação nacional, conforme mencionado.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2024.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)